

O leitor e a biblioteca pública

MARIA LÚCIA ANDRADE GARCIA *

Evolução do papel social da biblioteca devida às mudanças econômicas, sociais e políticas. Condições determinantes da demanda de leitura e caracterização do usuário da biblioteca. Necessidade de estabelecer as categorias e grupos sociais a serem atendidos pela biblioteca pública, em função de seus recursos e dos recursos da comunidade.

A BIBLIOTECA CENTRADA NO LEITOR

Até meados do século XIX, a biblioteca era uma instituição de alcance social limitado. Tinha como função guardar os poucos e preciosos livros que eram produzidos para leitura de uma minoria letrada. Com o desenvolvimento da indústria gráfica e o aumento da produção de livros, a democratização do ensino e o aumento de leitores, além de outros fatores de transformação econômica, social e política em curso, a biblioteca consagrou-se definitivamente como instituição social de largo alcance. Inicialmente como biblioteca pública a serviço de todos, seguindo-se o desenvolvimento de outros tipos de biblioteca como as universitárias, as especializadas, as escolares, etc. No século

* Professora da Escola de Biblioteconomia da UFMG.

XX, o livro perde seu caráter de objeto de luxo de uma minoria privilegiada de letrados e se transforma em bem de consumo, necessário a adaptação dos indivíduos às condições de vida em mudança, orientando-os nas suas relações com seus semelhantes e no trabalho, fornecendo-lhes informações, conhecimentos e oportunidades de entretenimento e de experiência estética. Novas informações e conhecimentos, novas elaborações ficcionais e estéticas se desenvolvem, modificando e substituindo conteúdos anteriores. O livro torna-se um bem precioso não apenas pela intensificação do uso, mas sobretudo pela obsolescência do seu conteúdo (5). É através do livro e de outras formas bibliográficas derivadas que a maior parte da produção intelectual é transmitida às pessoas, seja comprado no comércio, seja de empréstimo da biblioteca ou através de outros meios. Dada a gratuidade com que distribui a leitura, a biblioteca representa o canal socialmente mais importante de acesso à informação e ao conhecimento.

Dentro da tradição da biblioteca, entretanto, a consciência de sua função de meio ou de canal de distribuição de leitura nem sempre é um dado presente na ação de seus profissionais. As tarefas relacionadas com organização dos livros, instalações e administração costumam ser superestimadas como fim em si mesmas, e de tal maneira que as necessidades de leitura dos indivíduos não são levadas na consideração devida. Esse problema torna-se mais grave nas bibliotecas públicas que se destinam a servir à "população" em geral, o que não constitui uma entidade homogênea e estável, mas um conjunto de categorias e de grupos socialmente diversificados, diferenciados e mutáveis em suas motivações para leitura. Entre nós, dada a carência de bibliotecas públicas, o afluxo de pessoas que as procuram pode dar uma idéia enganosa de que

estão funcionando a pleno vapor e, portanto, atingindo as suas finalidades. Porém, se nos detivermos na análise dos recursos bibliográficos de que dispõem, e que não são usados, e das pessoas que poderiam usá-los e que não os usam, veremos que a questão muda de figura. Provavelmente, nas bibliotecas e salas de leitura do interior existem muitos livros que não chegam às mãos de quem precisa deles. Deve ocorrer também que muita gente procura materiais que não são tão excepcionais e não os encontram. Particularmente em nosso meio, os acervos das bibliotecas são muito mais impostos do que compostos de acordo com as necessidades dos leitores. Donde se conclui que não basta criar bibliotecas e salas de leituras públicas sem um conhecimento e uma decisão a respeito dos “públicos” a serem servidos, e em que escala de prioridade.

LEITOR EM GERAL E LEITOR USUÁRIO DA BIBLIOTECA

Leitor em geral é todo indivíduo que domina a técnica de leitura, incluindo a compreensão do texto e que apresenta ou não certa regularidade no ato de ler. Numa escala de leitura teríamos: aqueles que lêem mas não entendem ou pouco entendem o que lêem, os apenas “alfabetizados” ou “neo-leitores”; aqueles que lêem, entendem o que lêem mas o fazem esporadicamente; aqueles que lêem, entendem o que lêem e o fazem constantemente. Do ponto de vista imediato da biblioteca, são de interesse os leitores esporádicos e regulares, sendo que uma pequena parte deles freqüenta as bibliotecas e são portanto seus leitores usuários. O bibliotecário está muito mais orientado para o leitor usuário da biblioteca. Raramente pensa nos leitores em geral, na sua maioria ausentes da biblioteca. No caso do Brasil, com seus problemas graves de subdesenvolvimento educacional, o biblio-

tecário tem que ir além e pensar no leitor a partir dos “alfabetizados” ou “neo-leitores” — crianças e adultos que aprendem a ler mas que não contam com nenhum meio de desenvolver a leitura ao nível da compreensão e do hábito.

DETERMINANTES SOCIAIS DA LEITURA E DO LEITOR

O domínio completo da leitura e o hábito de ler, embora tenham se expandido enormemente, não são igualmente distribuídos a todos os membros de uma sociedade ou comunidade. Mesmo nas sociedades desenvolvidas, as diferenças de capacidade estão presentes, e se já não têm analfabetos, têm problemas com seus “alfabetizados” (9). Colocando de lado problemas de incapacidade física e psíquica, há fatores sociais e culturais, relacionados ao modo de organização sócio-econômica das sociedades e aos seus padrões de comportamento instituídos que estabelecem probabilidades maiores ou menores para a leitura, baseadas na posição sócio-econômica (ou de classe social), na idade, no sexo, na ocupação, no local de residência, além de outros, que influem no comportamento dos indivíduos em relação à leitura. Muitos estudos têm sido feitos em diferentes países (4, 5) a esse respeito. Assim, com relação à classe social, foi observado o óbvio de que quanto mais elevada a classe, maior predisposição à leitura, em virtude do tipo de atividades que as pessoas desempenham, as exigências que têm de mais informação, mais tempo para o lazer, mais acesso aos livros, muitos recursos de informação disponíveis. Inversamente, quanto mais baixa a condição sócio-econômica, menos leitura (até nenhuma), atividades limitadas e rotineiras, maior esforço físico e tempo de trabalho, pouco tempo de lazer, nenhum recurso disponível, limitado acesso a materiais de

leitura (1). Dentro destas maiores divisões da sociedade em classes, outros fatores diferenciadores operam no sentido da distribuição desigual da capacidade e da oportunidade de leitura. Tendo por base a idade, vamos encontrar que a maior quantidade de leitores se encontra entre os jovens até a primeira parte da idade adulta. As proporções de leitores decrescem entre as crianças e adolescentes e entre as pessoas “maduras” e velhas. Quanto ao nível de instrução, a quantidade de leitores aumenta à medida que passamos do primário ao secundário e deste ao superior. Considerando o sexo, a evidência é de que os homens lêem mais do que as mulheres. Isto é também óbvio, principalmente para os países menos desenvolvidos, em que as mulheres tem ainda sua condição social muito restringida a certas tarefas e papéis de menor iniciativa e decisão. Em países desenvolvidos, esta relação tende à igualização e chega até a inverter ligeiramente, como é o caso dos Estados Unidos e da Inglaterra (5). A ocupação ou profissão é outro fator de influência. Trabalhos mais simples e rotineiros dependem de pouca ou nenhuma informação que deva ser buscada nos livros. Já ocupações especializadas e voltadas para solução de problemas e tomada de decisões exigem, para o seu desempenho, um fluxo constante de informações que devem ser buscadas na leitura de relatórios, revistas técnicas, científicas, manuais, livros especializados, etc. Onde as pessoas moram é um dado importante na formação de um leitor ou na manutenção do hábito de leitura. O local ou área de residência pode aproximar ou distanciar os indivíduos das fontes de leitura: nas grandes cidades as oportunidades de contato com livros e revistas são inúmeros, através das livrarias, bibliotecas, bancas de jornais, supermercados, farmácias. Esta proximidade é entre-

tanto relativa, se considerarmos a localização destas fontes distribuidoras em relação a certos bairros e ao fato de a maioria ser paga. Nas cidades do interior e nas áreas rurais estas oportunidades diminuem até desaparecerem.

Os psicólogos sociais (3) e os sociólogos (7) desenvolveram o conceito de grupos de referência para análise dos condicionantes sociais da conduta dos indivíduos. São grupos de referência aqueles com os quais o indivíduo se identifica e que se constituem em padrão de auto-avaliação e em fonte de seus valores e objetivos pessoais. Os grupos de referência incluem tanto os grupos de participação como os de aspiração. No primeiro caso, temos os grupos de convivência habitual do indivíduo, através dos quais aprende e fixa muitas condutas. A família, por exemplo, é um grupo de participação que tem influência no condicionamento de um leitor. Numa mesma classe social encontramos família de leitores inveterados ao lado de famílias cuja leitura mais maciça não faz parte dos hábitos cotidianos de seus membros, reduzindo-se a leitura rápida de jornais, revistas esportivas, etc. Outros grupos de participação, como grupos de amigos, colegas de estudo, colegas de trabalho, são focos importantes de aprendizagem e de transmissão de valores. O convívio com pessoas que gostam de ler e discutir o que leram, tende a fazer um novo leitor. Nos grupos de trabalho, de empresas, repartições, encontramos verdadeiras redes de leitores que não apenas comentam e recomendam livros uns aos outros, mas os emprestam entre si. Os grupos de referência por aspiração também são fontes de socialização e de modelação da conduta não pelo fato da convivência nas pelo fato de serem tomados como exemplos a serem seguidos. Um jovem pode se dispor a ler mais freqüentemente para realizar o modelo de

um grupo de rapazes que admira, mas do qual não faz parte. A intensificação das comunicações e dos contatos sociais permite ao indivíduo cada vez mais a adoção de condutas de outros grupos que não os de sua convivência habitual. É o que se chama de socialização antecipada, como que uma preparação para a mudança de status e papéis, fenômeno comum em sociedades “abertas” com maior mobilidade social. Resta mencionar o conceito de “outro significativo”, pessoas com as quais o indivíduo se relaciona afetivamente e “cujas avaliações refletem em suas próprias avaliações” (6) e que desta forma se transformam em instrumentos de condicionamento da imagem que a pessoa faz de si mesmo com repercussões importantes na sua conduta. O hábito de leitura pode se introduzir nas pessoas através da necessidade de compor uma imagem de si mesmas a partir das expectativas e valores de seus “outros significativos”.

O ATO DE LER E A MOTIVAÇÃO PARA A LEITURA

A motivação pode ser considerada como uma combinação de interesse com vontade e, ao que se supõe, leva os indivíduos a agirem em determinada direção. A leitura é uma ação solitária e exclusiva. A pessoa lê para si — embora em circunstâncias mais raras possa ler para os outros, como crianças, doentes, cegos, etc. e durante o tempo que lê não pode realizar outra atividade. Assim, além do isolamento relativo e da exclusividade, a leitura exige disponibilidade de tempo (2.5). Estas condições, num certo sentido, contrariam o modo de vida nas sociedades modernas, caracterizado pela multiplicidade e, muitas vezes, simultaneidade de atividades, pela intensidade da sociabilidade. Principalmente nas grandes cidades, é

difícil dispor-se de tempo e isolar-se dos outros. A motivação para leitura tem que ser bastante forte para se impor, tem que basear-se em exigências prementes de trabalho, de adaptação social, ou de hábito arraigado.

O que leva as pessoas a lerem? Existem várias tentativas de classificar as motivações para leitura (2.5.). Na realidade, as motivações se interpenetram e tipologicamente podem ser consideradas em três classes principais:

1. Leitura para informação e conhecimento: relacionada com a solução de problemas, seja no estudo, na atividade profissional, na vida prática ou na necessidade de participação social, auto-conhecimento, conhecimento do ser humano no mundo. Literatura didática, especializada técnica ou científica, livros de divulgação técnica e científica, ensaios filosóficos, religiosos, políticos, sociais, etc.

2. Leitura para recreação e entretenimento: semelhantemente a outras atividades de lazer ou formas prazerosas de ocupação desligadas do trabalho e das responsabilidades sociais e cotidianas, como o jogo, a diversão. Literatura de ficção, aventuras, policiais, novelas de espionagem, eróticas, sentimentais, independentemente de suas qualidades literárias, proporcionam formas de envolvimento emocional, satisfação de anseios íntimos, evasão do mundo real, com amplas possibilidades de projeção e fantasia.

3. Leitura de fruição estética: relacionada com a busca da emoção artística, como em outras manifestações da arte; pintura, música, teatro, etc. Literatura clássica, moderna, obras de valor literário, romances, poesias, contos, etc.

Levando em conta as distinções feitas entre o leitor em geral e o leitor usuário da biblioteca, e considerando o “neo-leitor”; as diferenças de leitura entre classes, grupos e categorias sociais; os condicionantes sociais da conduta e as principais motivações para a leitura; e considerando o maior ou menor acesso às fontes de leitura, temos um quadro de referência para situar o leitor e discutir as possibilidades de a biblioteca pública determinar suas categorias de leitores preferenciais. Só assim poderá definir melhor o objeto de seus serviços, esclarecendo e reduzindo as proporções viáveis, essa entidade amorfa chamada “população”.

As classes média e alta abrigam quantidades maiores de leitores. Considerando porém que a classe alta tem meios e recursos próprios para satisfação de suas necessidades de informação e de leitura, resta a classe média como maior potencial de leitores para as bibliotecas públicas. A classe baixa, tão grande em países subdesenvolvidos como o nosso, embora tenha pouco leitor, tem já uma quantidade razoável de “alfabetizados” ou “neo-leitores” que podem ser transformados em leitores. Esta constatação exige uma redefinição de objetivos das bibliotecas públicas em colaboração com órgãos governamentais encarregados da alfabetização de crianças e adultos de classe baixa.

Considerando as categorias de idade e de instrução, e tendo em vista resultados concordantes de pesquisas de frequência às bibliotecas públicas (4.8), o seu maior cliente é o escolar secundário. Em nosso meio, levando em conta a pobreza bibliográfica das escolas secundárias, públicas e particulares, aliada às exigências pedagógicas modernas de consulta e leitura diver-

sificada de materiais bibliográficos, cabe às bibliotecas públicas coordenar uma ação cooperativa com as instituições educacionais que operam nessa faixa. Entretanto, as crianças não devem ser esquecidas, especialmente no interior e nas classes baixas, enquanto frequentam o primário, pois nem a escola, nem a família, nem seu círculo de convivência são propícios ao desenvolvimento da leitura. Os jovens nas universidades e adultos com instrução superior dispõem, em geral, de meios próprios para satisfazer suas necessidades de leitura. Atenção deveria ser dada a jovens e adultos leitores que trabalham e não dispõem de fontes próprias de leitura. Os velhos, identificados como leitores, deveriam ser especialmente considerados, se possível em colaboração com programas de assistência social à velhice. A leitura, como a televisão, tem uma influência positiva em pessoas idosas, na medida em que as mantém ligadas aos acontecimentos e ao mundo que as rodeia.

Embora os homens leiam mais do que as mulheres, estas, à medida que seus encargos domésticos diminuem com o crescimento dos filhos, tendem a buscar na leitura não apenas entretenimento mas informações que lhes permitam reorientar de forma mais positiva suas vidas. A biblioteca pública pode desempenhar um papel importante junto a elas, promovendo encontros, selecionando livros de acordo com seus interesses.

A biblioteca pública deve também considerar, embora ainda não tenha sido mencionado antes, dada a carência de bibliotecas especiais em nosso meio, a possibilidade de atender às necessidades de leitura às pessoas confinadas em hospitais, orfanatos, reformatórios, prisões, asilos, descobrindo sua capacidade e interesse de leitura, a fim de estabelecer formas especiais de atendimento.

CONCLUSÃO

O atendimento de quaisquer das categorias e grupos mencionados deve ser cuidadosamente planejado, precedido de um levantamento das necessidades de leitura, das dificuldades de acesso a outros meios de informação e leitura, dos recursos da biblioteca e das possibilidades de colaboração com a comunidade, dentro de uma escala de prioridade. As formas de colaboração institucional devem ser consideradas seriamente — igrejas, clubes, indústria, comércio, escola, associações, sindicatos, cooperativas, além das lideranças nas diferentes classes, categorias e grupos sociais. A biblioteca pública tem que sair de suas quatro paredes e dinamizar suas relações com a comunidade no duplo sentido de dar e receber.

A biblioteca pública deve ser capaz de diagnosticar seus públicos potenciais e transformá-los em públicos reais, dentro de uma escala de prioridades, com recursos próprios e da comunidade. Só assim poderá realizar a sua finalidade social básica que é a de integrar pela leitura e pela informação os indivíduos à sua comunidade, à sociedade e ao tempo em que estão vivendo.

Evolution of the social function of the library, due to economic, social and political changes. Conditions of reading demand and characterization of the library user. The necessity of establishing the categories and social groups to be served by the public library according to its own resources and the resources of the community.

BIBLIOGRAFIA

1. BOSI, E. *Cultura de massa e cultura popular*. Petrópolis, Vozes, 1973.
2. BUTTLER, P. *Introdução à Ciência da Biblioteconomia*. Rio de Janeiro, Lidador, 1971.

3. COSER, L. A. & ROSENBERG, B. *Sociological Theory*, New York, MacMillan, 1966.
4. ELBERLING, B.V. The sociology of libraries and their publics. *Libri*. Copenhagen, 16(2):87-112, April, 1966.
5. ESCOLAR SOBRINO, H. *El lector, la lectura, la comunicación*. Madrid, ANABA, 1972.
6. GERTH, H. & MILIS, W. *Caracter y estructura social*. Buenos Aires, Paidós, 1963.
7. MERTON, R. K. *Teoria y estructura sociales*. Mexico, Fondo de Cultura Económica, 1964.
8. PERES, O.C. & FULGENCIO, C.M.O. Pesquisa sobre usuários da Biblioteca Pública de Minas Gerais "Prof. Luiz de Bessa". *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, 1(2):101-112, Set. 1972.
9. SERAGE, M.M. The culturally deprived readers, research diagnosis and prescriptions. *The Libr. Quart.*, Chicago, 40(2):250-264, April, 1970.